

Israel na Palestina



Por **GILBERTO LOPES***

Uma guerra entre os que defendem sua terra e os que lha querem tirar

“Já ouço como ajustam seus instrumentos de morte. Por favor. Façam o que puderem. Isto não pode continuar”
(Dr. Mads Gilbert).

“A última noite foi extrema. Já ouço os instrumentos de morte. Os rios de sangue continuarão a correr na próxima noite”, disse o Dr. Mads Gilbert, do Hospital Al-Shifa, em Gaza, em 24 de julho de 2014. Esse hospital ainda existe? Terá acontecido algo melhor para ele do que para o Hospital Al-Ahli, destruído por um bombardeio na semana passada. Fui verificar. Sim, segue existindo. É o maior hospital de Gaza. Com capacidade para atender 700 pessoas por dia, recebe atualmente 5.000. Estava à beira do colapso. “Quando chega o bombardeio, o inferno inteiro se desmorona sobre Al-Shifa”, disse Alejandra Pataro, jornalista do *Clarín*.

A voz do Dr. Gilbert continua ressoando, mas as razões dessa tragédia continuam por esclarecer. Temos que tentar compreender...

A guerra na Faixa de Gaza desviou a atenção da Cisjordânia, o outro território com o qual deveria ser formado um Estado palestino. “Esta falta de atenção”, afirma a jornalista israelense Amira Haas, no jornal *Haaretz*, “permitiu que os colonos judeus, apoiados pelo exército, pela polícia e pelas forças paramilitares, atacassem novamente os agricultores e pastores palestinos da Cisjordânia, com um objetivo claro: expulsar as comunidades de suas terras e de suas casas.

O *Haaretz* ilumina aspectos de uma realidade que passou a segundo plano em Israel e que o resto do mundo praticamente ignora. A frente militar desta guerra está sendo travada novamente em Gaza, com suas consequências dramáticas, mas, mesmo assim, é difícil decidir qual dos dois cenários – Gaza ou Cisjordânia – é o mais cruel.

Há pouco mais de dez anos, em maio de 2013, o colunista do *Haaretz* Bradley Burston escreveu sobre o “verdadeiro segredo” de Israel. “Não é a bomba atômica”, afirmava, mas o orçamento que o Estado destinava aos assentamentos judeus na Cisjordânia. Ninguém sabe quanto dinheiro é distribuído para os assentamentos. Ninguém! Nunca! Bradley Burston referia-se a uma reportagem da rádio do exército israelense sobre os recursos destinados a legalizar estes assentamentos e a criar incentivos para atrair milhares de novos moradores para além das fronteiras da Cisjordânia, estabelecidas pela “Linha Verde”. “A pobreza em Israel é boa para os assentamentos e ótima para a ocupação”, acrescentou. Quando a construção dos assentamentos começou na década de 1980, diz Bradley Burston, os governos do partido conservador Likud de Benjamin Netanyahu “já tinham começado a dismantelar as redes de seguridade e bem-estar social”, base da economia e da sociedade de Israel desde a sua fundação em 1948. À medida que as privatizações avançavam, muitas pessoas dos povoados e bairros periféricos de Israel eram deixadas para trás. O governo financiou então a criação de subúrbios com moradia a preços acessíveis, que atraíram milhares de compradores. Financiou escolas e

transporte, de modo que a ocupação do território palestino se tornou uma realidade, fileira após fileira. Depois, surgiram bases militares em todas as direções “para proteger os colonos”.

Dez anos depois do artigo de Bradley Burston, Ofer Aderet publicou, também no *Haaretz*, outros detalhes do plano, revelados em documentos dos arquivos estatais, graças a um projeto do *Taub Center* para estudos israelenses, da Universidade de Nova Iorque, que mostram como a ocupação dos territórios palestinos na Judeia e Samaria foi cuidadosamente planejada. “O estabelecimento de assentamentos judeus nos territórios ocupados foi o maior empreendimento nacional do último meio século, mas atraiu muito pouca pesquisa acadêmica”, lê-se no site do *Taub Center*.

Os documentos tornados públicos revelavam que, primeiro, tentaram expropriar as terras agrícolas dos palestinos, sob o pretexto de que as transformariam numa zona de treinamento militar. Se os habitantes se recusavam a sair, os soldados sabotavam suas ferramentas ou utilizavam seus veículos para destruir as plantações. Como último recurso, envenenavam as terras, pulverizando-as com produtos químicos tóxicos, letais para os animais e perigosos para os seres humanos. Essas medidas, aplicadas na cidade de Aqraba em 1972, durante o governo da primeira-ministra Golda Meir, são um exemplo de como, nessa questão, a mesma política foi promovida de forma semelhante pelos diversos partidos israelenses.

Em 21 de setembro, um relatório da ONU denunciou um êxodo sem precedentes de colonos palestinos na Cisjordânia. Mais de 1.100 foram obrigados a abandonar suas propriedades desde 2022 devido à violência dos colonos judeus, que obrigaram os palestinos a desalojar completamente cinco comunidades. Outras seis viram metade de seus habitantes partir, e, em algumas outras, partes menores de sua população. “Sinto-me como se fosse um refugiado aqui e os colonos são donos de nossa terra”, disse Ali Abu Khash, um pastor que deixou sua propriedade na aldeia de Al-Qabun, na Cisjordânia, com seus quatro filhos e 60 ovelhas para se instalar nas encostas rochosas de uma aldeia vizinha.

A onda de abandono da chamada “Área C” da Cisjordânia (com 60% do território sob controle do exército israelense, de acordo com os acordos de paz de Oslo dos anos 90) intensificou-se. “A expulsão de palestinos em meio à crescente violência dos colonos atinge uma magnitude nunca antes documentada”, segundo Andrea de Domenico, coordenadora do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários no Território Palestino Ocupado. Os colonos instalam postos avançados em terras palestinas, soltam suas ovelhas nas terras de pastores palestinos e queimam suas casas, com o apoio das autoridades e dos militares.

Em setembro de 2020, os tribunais israelenses ordenaram a expulsão de uma dúzia de palestinos de suas terras em dois casos distintos: num deles, para entregar as terras a uma associação de colonos; no outro, a uma empresa de propriedade de ativistas de extrema-direita.

Netanyahu, lutando por sua sobrevivência política nas eleições de setembro de 2019, anunciou sua disposição para apropriar-se de até um terço da Cisjordânia. Ministros árabes das relações exteriores, reunidos no Cairo, consideraram isso um “plano perigoso” que viola o direito internacional. O ministro das relações exteriores turco considerou-o “racista e incendiário”. A ilegalidade destas ações foi reiterada pelas mais diversas instâncias. A política de construção e expansão dos assentamentos, incluindo Jerusalém Oriental, é ilegal de acordo com o direito internacional. A União Europeia afirmou que não reconhecerá qualquer anexação unilateral do Vale do Jordão por parte de Israel, segundo a porta-voz do serviço diplomático europeu, Maja Kocijancic, em resposta ao plano anunciado por Benjamin Netanyahu.

Pobreza endêmica

É impossível, num artigo de jornal, contar a história de sete décadas. Mas há inúmeras notas, de várias fontes, que resumem a situação que tentamos descrever. Em dezembro de 2004, a *BBC* entrevistou Peter Hansen, diretor da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio, também conhecida pela sigla UNRWA. A

entrevista pode ser vista [aqui](#). “As estatísticas de morte, destruição e pobreza não conseguem transmitir o verdadeiro sofrimento das pessoas nos territórios ocupados. Bairros inteiros (...) foram arrasados. Nas nossas escolas, toda uma geração está crescendo num ambiente de violência aterradora. A maldição da pobreza endêmica atinge agora dois terços da população”, disse Peter Hansen à *BBC*.

Em novembro (2004), a UNRWA pediu fundos para alimentar 1,6 milhões de palestinos nos territórios ocupados. “São pessoas que, não fosse a UNRWA, não teriam nada para comer?”, pergunta o jornalista. “Isso mesmo”, disse Hansen. “Desde o início da Intifada (setembro de 2000), quase todas as possibilidades de emprego para os palestinos em Israel desapareceram. Antes da Intifada, havia 130.000 palestinos trabalhando em Israel. Estamos falando de 130.000 famílias, quase um milhão de pessoas, porque as famílias são numerosas”, explica.

“Um relatório do Banco Mundial de novembro de 2004 afirma que 50% dos palestinos vivem na pobreza, com menos de dois dólares por dia. A UNRWA denunciou que uma em cada cinco crianças nos territórios ocupados sofre de desnutrição”, afirma o jornalista. “Estamos neste programa de emergência há quatro anos. Devido à falta de recursos, tivemos que baixar o nível da ajuda alimentar de 80% das necessidades de uma família para 60% e, atualmente, para 40%, porque simplesmente não temos dinheiro suficiente para fazer melhor”. “Quer dizer”, perguntaram-lhe novamente, “que as famílias recebem apenas 40% dos alimentos de que necessitam para sobreviver?”. “Isso mesmo. Terão que encontrar o resto em outro lugar”.

As relações de Washington com os palestinos tinham-se tornado difíceis. Em 6 de dezembro de 2017, Donald Trump anunciou que os Estados Unidos reconheciam Jerusalém como a capital de Israel. O secretário de estado Mike Pompeo e a embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas Nikki Haley (atualmente pré-candidata presidencial pelo Partido Republicano) defenderam a medida, argumentando que o programa era responsável pela pobreza na Palestina.

O líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Mahmoud Abbas, condenou a decisão. “Esta medida deplorável e inaceitável compromete deliberadamente todos os esforços de paz”, afirmou Mahmoud Abbas. Para o Hamas, a decisão “abria as portas do inferno para os interesses dos Estados Unidos na região”. Em agosto de 2018, Donald Trump cancelou os recursos destinados pelos Estados Unidos ao programa de ajuda aos palestinos. Uma medida que Joe Biden reverteu em abril de 2021, anunciando 150 milhões de dólares para a UNRWA e outros 75 milhões de dólares para assistência econômica e humanitária na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

O muro

A UNRWA também denunciou o muro que estava sendo construído por Israel na Cisjordânia. Apesar de sua importância, a grande imprensa pouco (ou nada) diz sobre este muro. Ainda que não esteja totalmente concluído (e, por razões políticas, talvez nunca venha a sê-lo), suas consequências são devastadoras para os palestinos, como indicava Hansen. “O muro passa por alguns lugares que separam a população das instalações que temos para educação e saúde”. “Há problemas para que cheguem aos hospitais, porque a maioria dos hospitais fica em Jerusalém, que está sendo totalmente fechada”.

Uma estrutura complexa que se estende por mais de 500 km, com cerca de 30 km de muros de concreto de até sete metros de altura e quatro metros de profundidade, complementada por barreiras, grades e torres de vigilância que circundam a Cisjordânia e Gaza. Barreiras que os palestinos têm que cruzar através de postos de controle, dos quais, até o ano passado, onze estavam abertos diariamente, enquanto outros estavam abertos em determinados dias da semana ou apenas em determinadas épocas de colheita. E onde a passagem era sempre uma decisão arbitrária, e muitas vezes humilhante, dos agentes de segurança.

Uma pessoa que vive perto de Jerusalém e tem que ir ao hospital, em vez dos quinze minutos que levava antes, agora são três horas. Tem que fazer um percurso muito longo até o sul de Jerusalém e voltar pelo norte. Para pessoas idosas e

doentes, isto está longe de ser o ideal. “Um obstáculo que vai muito além do impacto físico óbvio: é a dor da família separada, o desamparo diante da casa confiscada ou demolida, a angústia do agricultor que não irriga sua terra e perde seu sustento, a fúria das viagens prolongadas para percorrer o desvio, a humilhação dos postos de controle militar para atravessar, a expectativa dos fiéis que anseiam por rezar em Jerusalém, a melancolia de um pôr do sol roubado”, contou a jornalista Carmen Rangel num artigo publicado no *Huffington Post* em 26 de junho do ano passado.

Israel começou a construir um muro em junho de 2002 e previu estendê-lo posteriormente por cerca de 700 km, a um custo de mais de 3,5 bilhões de dólares. Os palestinos denunciaram a expropriação de novos territórios com a construção do muro, que não segue a fronteira da Linha Verde. O Tribunal Internacional de Justiça de Haia decidiu, em 2004, que a estrutura é ilegal porque grande parte de seu traçado atravessa os territórios autônomos palestinos.

Em 23 de dezembro de 2016, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2.334, reafirmando que “o estabelecimento de assentamentos por Israel nos territórios palestinos ocupados desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental, não tem validade legal e constitui uma violação flagrante do direito internacional”. Reiterou sua exigência para que Israel cessasse “imediate e completamente” todas as atividades de assentamento nos territórios palestinos ocupados e apelou à adoção de medidas para prevenir quaisquer atos de violência contra civis. Como sabemos, nada disto aconteceu.

A Autoridade Palestina, o organismo palestino que administra parte do território ocupado e que surgiu nos Acordos de Oslo em 1993, viu sua autoridade diminuída pela divisão do território da Cisjordânia em três áreas: A, B e C. Os Acordos de Oslo deixaram nas mãos de Israel o controle total da economia palestina, bem como dos assuntos civis e de segurança em mais de 60% da Cisjordânia, designada por Área C.

Insatisfeitos com esta situação, desde 2005, os palestinos elegeram o Hamas e sua política de resistência armada à ocupação como seu representante em Gaza, cujo ataque à população no sul de Israel, no início de outubro, deu início à mais grave escalada militar do conflito israelo-palestino.

Façam o que puderem. Isto não pode continuar...

A mais grave? Talvez, mas basta olhar para a história e descobrir que, vez ou outra, ela se repete. Em julho de 2014, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas reuniu-se em Genebra para discutir uma nova incursão israelense em Gaza, a chamada operação “Margem de Proteção”. De acordo com várias estimativas, entre 2.125 e 2.310 moradores de Gaza foram mortos (1.492 civis, incluindo 551 crianças e 299 mulheres) nesta operação. Quase onze mil ficaram feridos, e 66 soldados e cinco civis israelenses (incluindo uma criança) também perderam a vida.

A ONU denunciou que os ataques do exército israelense a Gaza poderiam constituir “crimes de guerra” e aprovou uma investigação, enquanto a Palestina solicitou ajuda internacional para obrigar Israel a cessar uma agressão que denunciou como “uma catástrofe humanitária”.

A resolução foi aprovada no Conselho de Direitos Humanos por 29 votos a favor e 17 abstenções. O único voto contra foi o dos Estados Unidos. Os Estados Unidos consideraram a resolução “destrutiva” e que não contribuiria para a interrupção das hostilidades. Israel qualificou a decisão de “farsa”. Seu embaixador no Conselho, Eviatar Manor, acusou o Hamas de cometer “crimes de guerra” e afirmou que Israel “destruiria sua infraestrutura militar”. Em 24 de julho, o Dr. Mads Gilbert, do Hospital Al-Shifa de Gaza, cidadão norueguês, publicou uma carta aberta no jornal britânico *The Independent*, à qual já fizemos referência.

“Os rios de sangue continuarão a correr na próxima noite. Já ouço como ajustam seus instrumentos de morte. Por favor. Façam o que puderem. Isto não pode continuar”, implorou. Dizia que “a última noite foi extrema. A invasão terrestre de Gaza produziu dezenas de veículos cheios de corpos mutilados, destruídos, sangrando, tremendo e agonizando...”

Palestinos feridos de todas as condições e idades, todos civis, todos inocentes". "Depois, a orquestra da máquina de guerra israelense recomeça sua sinfonia macabra. Neste exato momento: as salvas de artilharia dos navios da marinha ancorados ao largo da costa, o rugido dos F-16, os drones repugnantes (em árabe, 'zennanis', 'beija-flores') e os Apaches. Tudo construído e pago pelos Estados Unidos".

Um investimento inteligente

Tudo construído e pago pelos Estados Unidos!, disse o Dr. Gilbert. Na quinta-feira, 19 de outubro, Joe Biden dirigiu-se aos norte-americanos (e ao mundo) de sua Sala Oval da Casa Branca sobre os conflitos na Palestina e na Ucrânia. Os terroristas do Hamas desencadearam a maldade no mundo. São eles – e Putin – que pretendem acabar com a democracia e com seus vizinhos, afirmou. Se não pagarem um preço, o custo e as ameaças contra os Estados Unidos continuarão aumentando. Se colocarmos tudo em risco, se abandonarmos a Ucrânia e Israel, nossa liderança e nossos valores estarão em risco. É por isso que amanhã pedirei recursos urgentes para financiar nossas necessidades de segurança nacional, disse Joe Biden.

E pediu ao Congresso 106 bilhões de dólares: 60 bilhões para a Ucrânia e 14 bilhões para Israel. O restante para outras despesas. "É um investimento inteligente que gerará dividendos por gerações para a segurança dos Estados Unidos", disse ele. Nestes dias de guerra, as necessidades urgentes de Gaza, cujos pouco mais de dois milhões de habitantes não tinham água, alimentos ou eletricidade, cortados por Israel, nem recursos para seus hospitais, foram estimadas em cerca de 270 milhões de dólares.

O pacote que Joe Biden enviaria ao Congresso apontava para outra direção. É um compromisso sem precedentes com a segurança de Israel, que garantirá sua vantagem militar, disse ele, acrescentando que Israel precisava operar de acordo com as leis da guerra, para proteger os civis "da melhor maneira possível". Biden acredita que é a liderança norte-americana, seus valores, que mantém o mundo unido. Que os Estados Unidos é a nação indispensável, essencial para construir o arsenal da democracia e defender a causa da liberdade. "Não deixaremos que terroristas como o Hamas, ou tiranos como Putin, vençam. Não o permitirei". "Somos os Estados Unidos da América!", afirmou. Comentando o discurso, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo, Maria Zakharova, afirmou: "Antes, diziam que se tratava de uma luta pela liberdade e pela democracia. Agora, verifica-se que é apenas um cálculo".

E as regras?

Há quem procure justificar suas posições sobre o conflito entre palestinos e Israel do ponto de vista da "ética". Como se o problema da ética já não estivesse resolvido desde sempre, nas opções econômicas e políticas que, como a história mostra, foram tomadas há mais de 70 anos. Outros falam de "terrorismo". Mas, transformado em arma política para desqualificar os inimigos, o "terrorismo" perdeu seu valor analítico. Utilizado como qualificativo, torna impossível qualquer tentativa de compreensão dos problemas.

E as regras? A relação israelo-palestina mostra que, há muito tempo, não há regras. Nenhuma das resoluções da ONU é cumprida. Nenhum acordo é respeitado, nem os de Oslo, nem os de Minsk, no caso da Ucrânia. Também não se fala da bomba atômica de Israel, um debate que é impossível dissociar de outros, mais atuais, sobre a bomba da Coreia do Norte ou do Irã. São outras as regras que se aplicam a estes casos? Não podemos deixar de pensar que não faltam pessoas que queiram transformar o mundo em outro Hospital Al-Ahil. Não deveria ser feito algum esforço para evitar isso?

Essa história foi falsificada

a terra é redonda

“Ainda há muitos franquistas na Espanha”, disse o maestro Daniel Barenboim ao jornal espanhol *El País* em setembro de 2020. Aos nove anos, Barenboim partiu da Argentina para Israel com seus pais. “Meus avós maternos, especialmente a minha avó, eram grandes sionistas. Ela mais do que meu avô. A mulher era a que mandava em casa. Meu pai também não estava convencido. Digamos que minha mãe e sua sogra o contagiaram. O Estado de Israel foi criado em 1948 e meus avós partiram em 1951. Depois nós chegamos”. “Sentia falta da Argentina?”, perguntaram-lhe. “Não me lembro”, diz ele. “E agora?”. “Agora, sim, por várias razões. Porque, com o passar dos anos, voltamos à nossa infância e porque o que está acontecendo em Israel me machuca muito”.

“Como era aquele país nascente?” “Outra coisa radicalmente diferente daquilo em que se converteu. A escalada militar, que é compreensível, afetou sua bondade. O fervor diminuiu. Não se pode ocupar militarmente outros povos com nossa história, com séculos de perseguição. O sionismo começou com a ideia de um povo para um país sem povo, uma ideia poética e belíssima, mas falsa: no início do século XX, a memória histórica foi falsificada ali. Não se podia dizer que era um território sem povo. Já tinha gente antes: no início do século XX, tinha apenas 9% de judeus. Não é que não tinha ninguém. Tinha 91% que não o eram. Mas isso foi ocultado, essa história foi falsificada”, disse Daniel Barenboim.

Como sabemos, os rios de sangue continuam fluindo. A verdade é que isto não pode continuar!

**Gilberto Lopes é jornalista, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura pela Universidad de Costa Rica (UCR). Autor, entre outros livros, de Crisis política del mundo moderno (Uruk).*

Tradução: **Fernando Lima das Neves.**

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)